



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 034/2020

Contrato de Prestação de  
Serviço que entre si celebraram  
MUNICÍPIO DE IBIQUERA e  
BENJAMIN ALVES SOBRINHO.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIQUERA/BAHIA**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.718.671/0001-34, com sede na Praça São José, 32, Centro, Ibiquera, Bahia CEP: 46.840-000, aqui representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Ivan Cláudio de Almeida, residente nesta cidade de Ibiquera, Bahia, de agora em diante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado **BENJAMIN ALVES SOBRINHO**, com endereço à Praça São José, nº 80, Centro, Ibiquera - BA, inscrito no CNPJ/CPF sob o nº 052.989.465-34, a seguir denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de serviços, autorizado pelo despacho constante no Processo Administrativo nº 035/2020, Dispensa de Licitação nº 031/2020, com fundamento jurídico conforme o disposto no artigo 24 inciso II, da Lei Federal 8.666/93, mediante condições e cláusulas seguintes.

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO**

Contratação de mini trio para comemoração do carnaval 2020 de Ibiquera-Ba

**CLÁUSULA 2ª – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Integram o presente Contrato o Processo Administrativo nº 035/2020, Dispensa de Licitação nº 031/2020, com a proposta do **CONTRATADO**, bem como o parágrafo que reconhece a dispensa da licitação, conforme o disposto no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA 3ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O Regime de execução deste contrato é Indireta por Preço Global.

**CLÁUSULA 4ª – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 O presente contrato tem o valor global de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais):

Parágrafo Primeiro - O pagamento será dar da seguinte forma: ao CONTRATADO 50% do valor será pago antecipadamente, e o restante do valor será pago após a execução do serviço. O pagamento este que será efetuado no prazo de até 05 (cinco), após emissão da nota fiscal.

4.2 O valor devido à **CONTRATADA** deverá ser pago única parcela ao **CONTRATANTE**, após apresentação da nota fiscal/fatura até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, no valor e condições estabelecidas neste contrato, de acordo com a Lei 4.320/64;



4.3 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da Nota Fiscal/Fatura será suspensa para que o CONTRATADO tome as providências necessárias à sua correção, passando a ser considerada, para efeito de pagamento, a data da reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.

4.4 O preço global a ser pago ao CONTRATADO será fixo e irrevogável, incluindo todas as despesas para a execução do contrato.

#### CLÁUSULA 5ª – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente instrumento será de 2 (dois) meses compreendido entre 14/02/2020 a 14/04/2020. Findo este prazo as partes não terão nenhuma obrigação uma para com a outra, salvo os pagamentos em atraso.

**Parágrafo Único** – O presente instrumento, a critério da CONTRATANTE, poderá ao seu final, ser prorrogado mediante termo aditivo, de acordo com as previsões constantes na Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA 6ª – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O objeto contratado será executado nos termos constantes neste contrato de acordo com os valores constantes na proposta apresentada pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA 7ª – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

Os impostos porventura devidos, em razão do faturamento de serviços abrangidos por este Contrato, deverão ser retidos pela fonte pagadora, na ocasião do pagamento da Nota Fiscal/Fatura.

#### CLÁUSULA 8ª – DO CREDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas para conter o presente, correrão por conta da dotação orçamentária

**Órgão / Unidade: 0501**

**Atividade: 2065**

**Elemento de despesa: 3390.36.00**

**Fonte: 00**

#### CLÁUSULA 9ª – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1 Responder, por quaisquer danos que venham a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado.

9.2 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.3 indenizar, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos materiais ou institucionais, causados pelo CONTRATADO ou seus prepostos, na execução de suas atividades.



9.4 Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições exigidas no momento da contratação.

9.5 O Contratado será responsável pelos danos que venha causar ao Município, por imprudência ou negligência especialmente quando a obra for executada sob seus cuidados.

#### **CLÁUSULA 10ª – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

10.1 Dar ciência ao CONTRATADO de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste contrato.

10.2 Efetuar todos os pagamentos nas condições pactuadas.

#### **CLAUSULA 11ª – DA RESCISÃO**

O presente contrato será rescindido na ocorrência das hipóteses previstas, em especial nos Artigos 77 e 78, bem como em qualquer outro dispositivo da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, ou mediante iniciativa expressa por escrito de uma das partes com antecedência mínima de 30 dias.

#### **CLAUSULA 12ª – DAS PENALIDADES E MULTAS**

Nos casos de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial da obra assumido com o contratante as sanções administrativas aplicadas ao contratante serão:

12.1 Advertência sempre que forem constatadas infrações leves;

12.2 Multa por atraso imotivado no cumprimento do objeto deste contrato, a ser aplicado o disposto no parágrafo primeiro da cláusula décima segunda;

12.3 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Por um período de até 02 (dois) anos, conforme disposto no inciso III do art. 87 de Lei Federal 8.666/93.

12.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública conforme o disposto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** – O atraso injustificado no prazo de conclusão das obras implicará aplicação de multa correspondente a 1% por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% desse valor.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese da subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do caput desta cláusula.

**Parágrafo Terceiro** – Serão considerados injustificados, os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação das justificativas ficarão a critério do Contratante.



**Parágrafo Quarto** – Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

**Parágrafo Quinto** – A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

**CLAUSULA 13ª – DA LEGISLAÇÃO**

O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93 a qual as partes se sujeitam para resolução dos casos em que este instrumento for omissivo, aplicando as penalidades previstas nos Artigos 86 a 88, da mencionada Lei, que as partes declaram ter pleno conhecimento do teor.

**CLÁUSULA 14ª** – As partes elegem o Foro da Comarca de Ruy Barbosa/BA, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.


E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor, para um só fim em presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiquera-BA, 14 de fevereiro de 2020.

  
MUNICÍPIO DE IBIQUERA  
Ivan Cláudio de Almeida  
CONTRATANTE

  
BENJAMIN ALVES SOBRINHO  
CONTRATADO

Testemunhas:

1.   
CPF. \_\_\_\_\_

2.   
CPF. 842.035.365-53